



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



PORTARIA Nº 165, DE 16 DE MARÇO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL SELEÇÃO E JULGAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável:

RESOLVE

Art. 1º. Nomear os seguintes membros para a Comissão Especial de Seleção e Julgamento do Chamamento Público n. 001/2018:

- I – Membro: Ariane Spagnoli Vigolo;
- II – Membro: Juliana Paula Camicia Barbosa
- III – Membro: Eloisa dos Santos

Art. 2º. A função da Comissão Especial de Seleção e Julgamento do Chamamento Público n. 001/2018 tem como finalidade acompanhar, analisar, selecionar, julgar e fiscalizar as propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil participantes para a execução de projetos de cunho cultural no ano de 2018, a serem financiados com recursos da Secretaria de Administração e Finanças e apoio técnico da Secretaria de Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura.

Art. 3º. Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º. A Comissão Especial fará a análise das intercorrências relativas ao certame, dos recursos e poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos aos setores da Prefeitura Municipal de Salto Veloso, quando se fizer necessário.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 16 de março de 2018.


ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

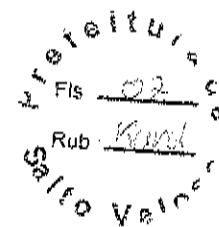
Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.


EDIVAR ANTÔNIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

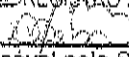


Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº. 001/2018

Prefeitura Mun. de Salto Veloso
Publicado em Mural Público de
2018/03/20 REGISTRO 3377/2018

Responsável pela Secretaria

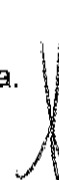
O MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, com esteio na Lei Federal nº. 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei 13.204/2015, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando a seleção de Organização da Sociedade Civil interessada em celebrar Termo de Colaboração que tenha por objeto a execução de projeto voltado ao fomento e circulação de atividades artísticas e culturais do Município de Salto Veloso em 2018.

1. PROPÓSITO DO EDITAL

- 1.1. A finalidade do presente Edital de chamamento público é selecionar as Organizações da Sociedade Civil para execução de projetos de cunho cultural, a serem financiados com recursos da Secretaria de Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura com execução no ano de 2018
- 1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei 13.019/2014 e pelas atualizações advindas da Lei 13.204/2015, e pelas condições previstas neste edital.
- 1.3. Será selecionada 1 (uma) proposta para cada objeto, observada a ordem de classificação segundo os critérios presentes no parágrafo 7.5.3.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

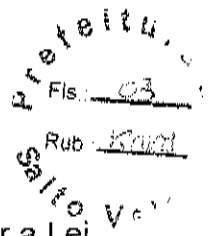
- 2.1. O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio financeiro da administração pública municipal para a execução de projetos que abrangem programas e serviços complementares ou inovadores, para atender ao interesse público do município de Salto Veloso- SC:
 - 2.1.1 Objeto 1 – Oficina de dança italiana e eventos ligados à cultura italiana.
 - 2.1.2 Objeto 2 - Coral para adultos.
- 2.2. Objetivos específicos:
 - 2.2.1. Fomentar as garantias de diversidade cultural e acesso à cultura.





Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



- 2.2.2. Agir com responsabilidade fiscal e orçamentária, com o objetivo de respeitar a Lei Orçamentária do Município e de transparência, sempre prezando pelos serviços públicos de excelência e qualidade.
- 2.2.3. Diversificar a participação dos agentes e artistas locais, com o intuito de democratizar e universalizar o acesso aos mecanismos culturais e sociais.
- 2.2.4. Desenvolver a autonomia da sociedade civil na produção cultural.
- 2.2.5. Fortalecer as atividades culturais realizadas pela sociedade civil em nosso município nas áreas de: Artes Visuais; Artes Cênicas; Música; Artes Literárias e Artesanato, através de exposições, espetáculos, oficinas, contação de histórias, shows, homenagens, mostras, festivais, performances, concursos literários, saraus e outras atividades.

2.3. Para os efeitos deste Chamamento, entende-se pelas atividades:

I - Artes Visuais: criações artísticas que fazem uso de elementos visuais e táteis, como desenhos, fotografias, pinturas, gravuras e esculturas; com diferentes materiais, como papel, tinta, gesso, argila, madeira, metais e outros.

II - Artes Cênicas: todas as formas de arte que propõe a criação de espetáculos, intervenções ou outras formas de ocupação do espaço público a partir da matriz do teatro, dança ou circo e que se desenvolvem em palco, praças ou ruas.

III - Música: oficinas e cursos de instrumento musicais, confecção de instrumentos, técnica vocal, regência de coral, interpretações artísticas compostas por melodia, harmonia e ritmo desenvolvidas em palcos, praças ou ruas que fazem uso de instrumentos musicais e voz.

IV - Artes Literárias: arte que usa a palavra como uma ferramenta, é a técnica de compor e expor textos escritos, em prosa ou em verso, de acordo com princípios teóricos e práticos; o exercício dessa técnica ou da eloquência e poesia.

3. DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

- 3.1. Os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento deste edital são oriundos da Secretaria de Planejamento, Esporte, Lazer, com o aporte no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), que serão distribuídos da seguinte forma:



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



Objeto	Linguagem/Modalidade	Quantidade	Valor máximo
1	Oficinas de dança italiana e eventos ligados à cultura italiana.	01	6.000,00
2	Coral para adultos.	01	12.000,00

3.2 Os recursos mencionados no quadro do item 3.1 serão repassados na forma constante no Plano de Trabalho (cronograma de desembolso da entidade beneficiada).

4. JUSTIFICATIVA

A Celebração desta parceria justifica-se em função dos objetos corresponderem a atividades culturais que o Departamento de Cultura não oferece aos munícipes, bem como pela garantia da continuidade de ações realizadas pelas sociedades civis há mais de 5 (cinco) anos no município de Salto Veloso.

5. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

5.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil – OSC's, assim consideradas aquelas definidas no art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº. 13.019/2014, que possua, entre seus objetivos estatutários ou regimentais, compatibilidade com o objeto deste edital e possua sede no município de Salto Veloso SC

5.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

- a) estar devidamente constituída ou, se estrangeira, estar autorizada a funcionar no território nacional;
- b) estar devidamente credenciada junto ao órgão gestor da respectiva política de atuação até a data de abertura do presente edital e formalização do Termo de Colaboração;
- c) Declarar, conforme modelo constante no *Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância*, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

d) Não será permitida a atuação em rede, ou seja, o objeto da presente parceria é personalíssimo da OSC não podendo ser terceirizado.

6. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

6.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

d) possuir, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, no mínimo 5(cinco) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho, na forma do (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma de comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto semelhante. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

h) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014).

6.2. Ficar impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada ou contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, (art. 39, caput, inciso II e IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

c) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com as sanções previstas no (art. 39, caput, inciso V e nos incisos II e III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014);

d) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

e) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

f) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública do município de Salto Veloso - SC, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);

g) cujo objeto social não se relacione às características do projeto ou que não disponham de condições técnicas para executar o objeto previsto neste edital.

7. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO

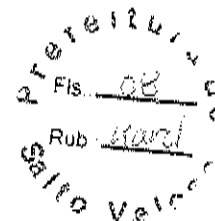
7.1. A Comissão de Seleção e Julgamento é o órgão competente para processar e julgar o presente chamamento público, nos termos da lei 13019/2014.

7.2. A comissão de Seleção e Julgamento será constituída por no mínimo 3 (três) agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



- 7.3. Deverá se declarar impedido o membro da Comissão de Seleção e Julgamento que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos do (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- 7.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção e Julgamento poderá solicitar assessoramento técnico ou parecer de especialista.
- 7.5. A Comissão de Seleção e Julgamento poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas organizações da sociedade civil concorrente ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

8. DA FASE DE SELEÇÃO

8.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

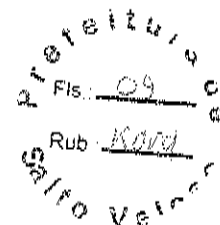
Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	19/03/2018
2	Reunião de Orientação para elaboração do projeto contendo o Plano de Trabalho	22/03/2018
3	Data limite para envio dos Projetos pelas OSC's	23/04/2018
4	Etapa competitiva: avaliação dos projetos contendo Plano de Trabalho	24/04/2018
5	Divulgação do resultado preliminar	25/04/2018
6	Interposição de recursos contra o resultado preliminar	26/04/2018
7	Análise de recursos contra o resultado preliminar	27/04/2018
8	Homologação e publicação do resultado definitivo e fase de seleção	30/04/2018



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



8.2. Etapa 1 – Publicação do Edital

8.2.1 O presente Edital será divulgado na página oficial do município www.saltoveloso.sc.gov.br e no Diário Oficial do Município disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado a data de publicação do Edital.

8.2.2 A verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13019/2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas das OSC's selecionadas mais bem classificadas, nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019/2014.

8.3. Etapa 2 – Reunião de Orientação para elaboração do projeto contendo o Plano de Trabalho a ser proposto pela OSC.

8.3.1. A administração pública municipal fará reunião pública de apresentação do Edital e elaboração do Plano de Trabalho para todas as OSCs interessadas em participar do presente Edital.

8.4. Etapa 3 - Envio dos projetos pelas OSC's.

8.4.1. O Projeto com o Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas.
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;
- d) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- e) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



- f) estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- g) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso;
- h) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.
- i) relação da contrapartida cultural ao município.

8.4.2. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea "f" do item anterior deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 2 (dois) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

8.4.3. AS OCSs interessadas em participar da presente chamada pública deverão apresentar em envelope lacrado, o projeto contendo o Plano de Trabalho constante no *Anexo II*, no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Salto Veloso, até às 17 horas do dia 24/04/2018 na recepção.

8.4.4. O envelope deverá conter na parte externa a seguinte identificação:

- Nome da OSC
- CNPJ:
- Edital de Chamamento Público nº. 001/2018.
- Plano de Trabalho

8.4.5. Os envelopes que forem entregues fora do prazo estabelecido no presente Edital, não serão objetos de análise, não sendo permitida a participação da OSC interessada.

8.4.6. O Projeto contendo o Plano de Trabalho será entregue em uma única via impressa, devendo ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, e ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.

8.4.7. Cada OSC poderá apresentar apenas um Projeto. Caso venha a apresentar mais de um Projeto dentro do prazo, será considerado apenas o último enviado.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



8.5. Etapa 4 - Da avaliação dos projetos pela Comissão de Seleção e Julgamento:

8.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção de Projetos analisará os projetos apresentados pelas OSCs concorrentes.

8.5.2. Os projetos deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo.

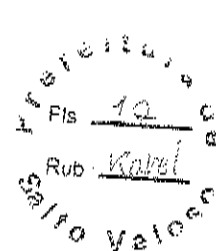
8.5.3. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Tabela 2

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas* e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas. *Lista de presença nas aulas e ensaios que envolvam remuneração do profissional.	Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) • O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria.	Grau pleno de adequação (2,0) Grau satisfatório de adequação (1,0) O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da	2,0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



	Lei nº 13.019, de 2014.	
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexó entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	Grau pleno da descrição (1,0) Grau satisfatório da descrição (0,5) O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	1,0
(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta.	O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0); O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (0,5); O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério <u>NÃO</u> implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.	1,0
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de	Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). Grau satisfatório de	2,0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	capacidade técnico-operacional (1,0). O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	
Pontuação Máxima Global		10,0

8.5.4. A falsidade de informações nos projetos acarretará a eliminação da OSC, podendo ensejar a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente.

8.5.5. Serão eliminados aqueles projetos:

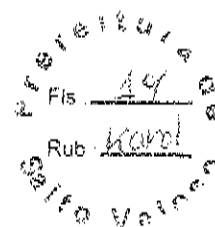
- a) cuja pontuação total for inferior a 5,0 (cinco) pontos;
- b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (B) e (E); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexa com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;
- c) que esteja em desacordo com o edital ou com valor incompatível com o objeto da parceria, e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira do projeto, a ser avaliado pela Comissão de seleção de projetos.

8.5.6. Os projetos não eliminados serão classificados, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção de Projetos, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

- 8.5.7. No caso de empate entre dois ou mais projetos, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A) e assim sucessivamente. Persistindo o empate, será vencedora a entidade com mais tempo de constituição, conforme cartão de CNPJ.
- 8.5.8. A Comissão de Seleção e Julgamento divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no site www.saltoveloso.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios, iniciando-se o prazo para recurso.
- 8.5.9. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, a comissão de seleção de projetos. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.
- 8.5.10. Os recursos serão apresentados junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal.
- 8.5.11. Interposto recurso, a Comissão de Seleção e Julgamento dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem.
- 8.5.12. Havendo recursos, a Comissão de Seleção e Julgamento, poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões.
- 8.5.13. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso.

8.6. Etapa 5 – Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção:

- 8.6.1. Após o julgamento dos recursos ou transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Comissão de Seleção e Julgamento do município deverá homologar e divulgar no portal www.saltoveloso.gov.br e no Diário Oficial do Município, o resultado definitivo da primeira fase do processo de seleção.
- 8.6.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada, e desde que atendidas às exigências deste Edital, a



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocar as OSCs classificadas para iniciar o processo de celebração.

9. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

9.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

Tabela 3

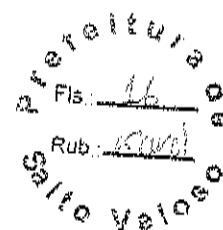
ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação das OSCs selecionadas para comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.
5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.

9.2. Etapa 1 - Convocação das OSCs selecionadas para comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorram nos impedimentos (vedações) legais. Para a celebração da parceria, a administração pública convocará as OSCs selecionadas para, no prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da convocação, apresentar a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014), que são:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 caput e inciso III da Lei nº 13.019, de 2014;



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos pela OSC;

IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

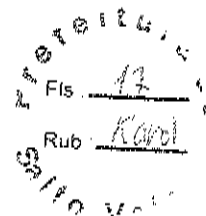
VII - Certidão Negativa de Débitos Municipais;

VIII - relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme *Anexo III - Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade* (art. 34, caput, incisos V e VI, e art. 39. III, da Lei nº 13.019, de 2014);



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



IX - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo, contrato de locação, alvará de localização e funcionamento municipal (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);

X - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no *Anexo IV – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos*;

XI - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme *Anexo V – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais*;

XI – Plano de mídia conforme o *Anexo VI – Plano de Mídia*, preenchido e assinado. O proponente deverá incluir em todo material de divulgação relativo ao projeto (impresso, virtual e audiovisual) a logomarca da Prefeitura, assim como a expressão descrita abaixo, que deverá igualmente ser proferida, antes ou depois, em cada apresentação/abertura do projeto apoiado; e em divulgação no meio radiofônico convencional e virtual, se houver: Projeto realizado com o apoio da Prefeitura Municipal de Salto Veloso, Secretaria de Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura e Departamento de Cultura.

9.2.1. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V, VI e VII logo acima.

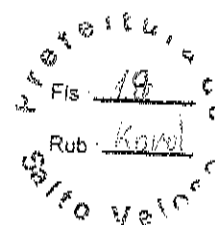
9.3 Etapa 2 – Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior.

9.3.1. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

9.3.2 Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

9.4 Etapa 3 – Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

9.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

9.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

9.5. Etapa 4. Parecer do órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.

9.5.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública municipal, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

9.5.2. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

9.5.3. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o registro da referida alteração.



9.6 Etapa 5: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial dos Municípios. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

10. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

10.1 Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da seguinte programação orçamentária:



10.2 Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento da Secretaria de Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura, autorizado pela Administração.

10.3 O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), no exercício de 2018. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

10.4 O valor de referência para a realização do objeto do termo de colaboração é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

10.5 As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

10.6 Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar,



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

10.7 Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custo indireto necessário à execução do objeto seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

10.8 É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

10.9 Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso



10.10 O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do município www.saltoveloso.sc.gov.br e no www.diariomunicipal.sc.gov.br, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio dos projetos, por petição entregue no setor de protocolos da Prefeitura.

11.3. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio dos projetos, exclusivamente de forma eletrônica, pelo culturaeturismo@saltoveloso.sc.gov.br Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção e Julgamento.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.5. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



- 11.6. O Secretário Municipal de Administração resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.
- 11.7. Todos os custos decorrentes da elaboração dos projetos e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.
- 11.8. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:
- Anexo I - Declaração de Ciência e Concordância;
 - Anexo II - Modelo de Plano de Trabalho;
 - Anexo III - Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade;
 - Anexo IV - Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;
 - Anexo V - Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;
 - Anexo VI - Plano de Mídia

Salto Veloso/SC, 19 de março de 2018

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso

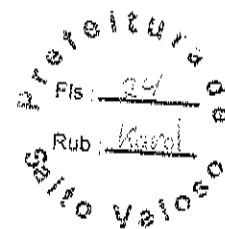


ANEXO I
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº.001/2018 e de seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Salto Veloso/SC, ... de ... de 2018.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



ANEXO III

DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 39, III da Lei 13.019/2014, que a **[identificação da organização da sociedade civil – OSC]** não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

Para tanto segue anexo a ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como a relação nominal dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal – RFB de cada um deles.

Salto Veloso/SC, ... de ... de 2018.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, que a **[identificação da organização da sociedade civil – OSC]** e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014.

Nesse sentido, a citada organização da sociedade civil:

Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;

Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Salto Veloso/SC, ... de ... de 2018.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



ANEXO V

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]: dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

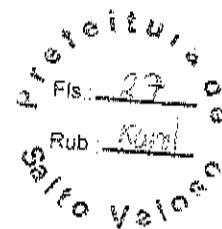
OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Salto Veloso/SC, ... de ... de 2018.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



ANEXO VI
PLANO DE MÍDIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente que deve fazer constar a logomarca da Prefeitura Municipal de Salto Veloso e o nome da Secretaria de Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura e Departamento de Cultura em todos os produtos, peças gráficas e de propaganda referentes à mídia e divulgação do objeto supracitado, assim como a expressão descrita abaixo, que deverá igualmente ser proferida, antes ou depois, em cada apresentação/abertura do projeto apoiado; e em divulgação no meio radiofônico convencional e virtual, se houver: Projeto realizado com o apoio da Prefeitura Municipal de Salto Veloso, Secretaria de Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura e Departamento de Cultura.

Salto Veloso/SC, ... de ... de 2018.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº. 001/2018

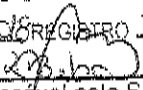
A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra **ABERTO O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2018** para selecionar as Organizações da Sociedade Civil para execução de projetos de cunho cultural no de ano de 2018, a serem financiados com recursos da Secretaria de Administração e Finanças e com apoio técnico da Secretaria de Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura.

O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio financeiro da administração pública municipal para a execução de projetos que abrangem programas e serviços complementares ou inovadores, para atender ao interesse público do município de Salto Veloso- SC. Objeto 1 – Oficina de dança italiana e eventos ligados à cultura italiana. Objeto 2 - Coral para adultos.

O edital completo está disponível no site oficial no Município de Salto Veloso disponível em <http://www.saltoveloso.sc.gov.br/>. Maiores informações no e-mail culturaeturismo@saltoveloso.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 16 de março de 2018.


ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Prefeitura Mun. de Salto Veloso
Publicado em Mural Público de
20.03/2018 REGISTRO 3317/2018

Responsável pela Secretaria



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Salto Veloso



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº. 001/2018

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra **ABERTO O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2018** para selecionar as Organizações da Sociedade Civil para execução de projetos de cunho cultural no de ano de 2018, a serem financiados com recursos da Secretaria de Administração e Finanças e com apoio técnico da Secretaria de Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura.

O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio financeiro da administração pública municipal para a execução de projetos que abrangem programas e serviços complementares ou inovadores, para atender ao interesse público do município de Salto Veloso- SC. Objeto 1 – Oficina de dança italiana e eventos ligados à cultura italiana. Objeto 2 - Coral para adultos.

O edital completo está disponível no site oficial no Município de Salto Veloso disponível em <http://www.saltoveloso.sc.gov.br/>. Maiores informações no e-mail culturaeturismo@saltoveloso.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 16 de março de 2018.


ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2018

Publicação Nº 1560262

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº. 001/2018

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra ABERTO O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2018 para selecionar as Organizações da Sociedade Civil para execução de projetos de cunho cultural no de ano de 2018, a serem financiados com recursos da Secretaria de Administração e Finanças e com apoio técnico da Secretaria de Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura.

O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio financeiro da administração pública municipal para a execução de projetos que abrangem programas e serviços complementares ou inovadores, para atender ao interesse público do município de Salto Veloso- SC. Objeto 1 – Oficina de dança italiana e eventos ligados à cultura italiana. Objeto 2 - Coral para adultos.

O edital completo está disponível no site oficial no Município de Salto Veloso disponível em <http://www.saltoveloso.sc.gov.br/>. Maiores informações no e-mail culturaeturismo@saltoveloso.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 16 de março de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 165/2018

Publicação Nº 1560035

PORTARIA Nº 165, DE 16 DE MARÇO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL SELEÇÃO E JULGAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável:

RESOLVE

Art. 1º. Nomear os seguintes membros para a Comissão Especial de Seleção e Julgamento do Chamamento Público n. 001/2018:

I – Membro: Ariane Spagnolli Vigolo;

II – Membro: Juliana Paula Camicla Barbosa

III – Membro: Eloisa dos Santos

Art. 2º. A função da Comissão Especial de Seleção e Julgamento do Chamamento Público n. 001/2018 tem como finalidade acompanhar, analisar, selecionar, julgar e fiscalizar as propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil participantes para a execução de projetos de cunho cultural no ano de 2018, a serem financiados com recursos da Secretaria de Administração e Finanças e apoio técnico da Secretaria de Planejamento, Esporte, Lazer e Cultura.

Art. 3º. Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º. A Comissão Especial fará a análise das intercorrências relativas ao certame, dos recursos e poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos aos setores da Prefeitura Municipal de Salto Veloso, quando se fizer necessário.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 16 de março de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

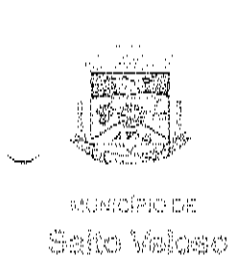
Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTÔNIO DONADEL

Secretário de Administração e Finanças



[Ir para conteúdo](#) [Ir para menu](#) [Ir para busca](#) [Ir para rodapé](#) [Acessibilidade](#) [Alto contraste](#)



[Início](#) | [Sua cidade](#) | [Estatuto](#) | [Manifestações](#) | [Notícias](#) | [Notícias e eventos](#) | [Serviços](#) | [Contato](#)

Pesquisar...

COMPARTILHE: 1

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº. 001/2018

Publicado em 16/03/2018 às 16:50 - Atualizado em 16/03/2018 às 16:50



Basear imagem

O MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, com base na Lei Federal nº. 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei 13.304/2015, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando a seleção de Organização da Sociedade Civil interessada em celebrar Termo de Colaboração que tenha por objeto a execução de projeto voltado ao fomento e circulação de atividades artísticas e culturais do Município de Salto Veloso em 2018.
Edital em anexo.

[Ver mais notícias](#)

Edital Chamamento Público nº. 001-2018 entidades OSC cultura (1)

[2/6/8]

Secretaria de Planejamento

Endereço: Rua José de Faria, 1000 - Centro - Salto Veloso - Minas Gerais - CEP: 35.600-000

Endereço: Rua José de Faria, 1000 - Centro - Salto Veloso - Minas Gerais - CEP: 35.600-000

Telefone: (31) 3333-1000
E-mail: contato@saltoveloso.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SALTO VELOSO
 Relatório de Comprovante de Abertura de Processos

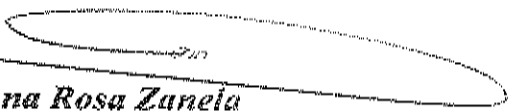
Prefeitura de Salto Veloso
 Fis.: 37
 Rub.: 16001

Filtros aplicados ao relatório

Número do processo: 0000202/2018

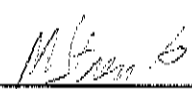
Número do processo:	0000202/2018	Número único:	N4C.6G5.053-00
Solicitação:	21 - ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO	Número do protocolo:	2488
Número do documento:			
Requerente:	1696 - CORAL MUNICIPAL DE SALTO VELOSO	CPF/CNPJ do requerente:	08.578.203/0001-71
Beneficiário:	1941 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO	CPF/CNPJ do beneficiário:	82.827.353/0001-24
Endereço:	Rua PADRE AGOSTINHO ROMBALDI N° S/N - 89595-000		
Complemento:		Bairro:	SANTA CATARINA
Loteamento:	Condomínio:	Município:	Salto Veloso - SC
Telefone:	Celular:	Fax:	
E-mail:		Notificado por:	E-mail
Local da protocolização:	001.007.000 - PROTOCOLO GERAL		
Localização atual:	001.007.000 - PROTOCOLO GERAL		
Org. de destino:			
Protocolado por:	PROTOCOLO SALTO VELOSO	Atualmente com:	PROTOCOLO SALTO VELOSO
Situação:	Não analisado	Em trâmite: Não	Procedência: Interna
			Prioridade: Normal
Protocolado em:	20/04/2018 15:17	Previsto para:	Concluído em:
Súmula:	Entrega de Documentação, (modelo de plano de trabalho) do coral municipal para a prefeita Ana Rosa Zanella.		

Observação:


Ana Rosa Zanella
 Prefeita Municipal

A/c. *Regina De Bartoli*
 20/04/18


 PROTOCOLO SALTO VELOSO
 (Protocolado por)


 CORAL MUNICIPAL DE SALTO VELOSO
 (Requerente)